



## MARIA JOSÉ MORGADO

# “Há formas mórvidas de lentidão na análise da fraude fiscal”

“Há formas quase mórvidas de morosidade nos processos de fraude fiscal, nomeadamente ao nível do Ministério Público e dos Tribunais.” A ideia é defendida por Maria José Morgado, em entrevista à revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), que hoje é divulgada.

A procuradora-geral adjunta e responsável pela coordenação do processo do Apito Dourado lembra que “o crime grave exige métodos e modelos especiais de investigação” que ainda não existem em Portugal. Maria José Morgado fala, por exemplo, na “falta de apoio pericial” no caso do Ministério Público e dos Tribunais. Uma situação que, segun-

do a magistrada, “provoca atrasos intoleráveis nos processos, nomeadamente com desgaste da prova e arrastamento dos julgamentos”.

Cinco anos depois de ter deixado a Direcção Central de Investigação da Corrupção e da Criminalidade Económica e Financeira da Polícia Judiciária, Maria José Morgado destaca os danos da “fraude carrossel, como sendo “fácil, barata e que dá milhões”. Além disso, na mesma entrevista, chega a considerar próprio da “idade-média” o sistema informático da Justiça em Portugal.

E o combate à corrupção? A procuradora-geral adjunta fala na existência de “tabu” e “preconceito” relativamente ao combate ao “vírus

da Democracia”. “Politicamente é um erro e uma cegueira não se dar importância ao combate à corrupção”, detalha Maria José Morgado antes de defender que não é “admiradora” de um modelo onde prevalessa a acção de uma qualquer “Alta Autoridade para a Corrupção”, extinta há cerca de dez anos.

Em 2002, em entrevista à revista “Pública”, a magistrada colocou o “dedo na ferida”, denunciando a ligação entre autarquias e clubes de futebol como sendo um dos focos “do vírus”. Cinco anos depois, Maria José Morgado recorda que sobre esse assunto “não é preciso dizer mais nada”, até porque, sublinha, “o tempo” deu-lhe “razão”. **CFM**